assojubs
servidores do judiciário sp

O PROCESSO

Informativo da Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo • Ano 11 • Edição 26 • MAI/JUN/JUL/2015

Resposta à pauta de reivindicações

Nalini se reúne apenas uma vez com entidades e apresenta pagamento da reposição abaixo da inflação

PÁGINA 6

PLCs 6 e 56/13

Oficiais de justiça, assistentes sociais e psicólogos mobilizados

PÁGINA 4

Carreira

O trabalho pela valorização do escrevente técnico judiciário

PÁGINA 9

Esportes

Renan e Janaína vencem o IX Festival de Vôlei de Praia Assojubs - Duplas Mistas

PÁGINA 11

Social

Primeiro evento do ano: Boteco Assojubs com o show da cantora Didi Gomes

PÁGINA 12

Editorial

PL 4330/2004 e a desculpa de regulamentar a terceirização no país

O processo de abolição da escravatura foi gradual e começou com a Lei Eusébio de Queirós, de 1850 (a qual proibia o tráfico negreiro), seguida pela Lei do Ventre Livre, de 1871 (que libertou as crianças nascidas de pais escravos), Lei dos Sexagenários, de 1885 (liberdade aos escravos com mais de 60 anos), e culminando com Lei Áurea, de 1888. O Brasil foi o último país da América Latina a se libertar da escravidão, e parece ser o primeiro a caminhar para sua volta.

Um processo inverso ocorre no país com o tema das terceirizações, através do qual uma empresa (tomadora/contratante) transfere para outra (interposta/contratada) atividades anteriormente realizadas por ela.

A noção foi trazida por multinacionais na década de 50, com o interesse na redução de custos de mão de obra - e a consequente precarização do trabalho - e maior produtividade.

Na década de 60, vários decretos-leis trataram da intermediação de mão de obra por empresa interposta, permitindo que bancos utilizassem de empresas de segurança. Outros decretos autorizaram que a Administração Federal repassasse certas atividades para a iniciativa privada e regulamentaram as "agências de colocação". A Lei 6019/74, ainda hoje em vigor, dispõe do trabalho temporário nas empresas urbanas. Em continuação à flexibilização das leis trabalhistas, a Lei 7102/83 permitiu a terceirização dos serviços de segurança nos bancos.

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) editou a Súmula 256 (terceirização nos serviços de vigilância e temporários), posteriormente revisada e incorporada pela Súmula 331, que, além da permissão nos casos já previstos, estendeu para os serviços de conservação e limpeza quando a empresa interposta presta serviços especializados ligados à atividade meio da tomadora. Atividade meio é aquela que faz parte do processo de apoio da produção, por exemplo, a limpeza da fábrica em uma montadora de veículos, enquanto que atividade fim é aquela que faz parte do processo específico da produção, como a produção de motores na mesma montadora.

Com a desculpa de regulamentar o tema no país, trazer uma modernização e competitividade com um mundo globalizado, aumentar a produtividade e diminuir custos das empresas, foi aprovado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) 4330/2004, que, na verdade, estende a terceirização aos trabalhadores que exercem atividades fim nas empresas.

Em média o salário de um trabalhador terceirizado é 30% menor, há também reduções de direitos quanto a promoções e vantagens decorrentes de convenções e acordos coletivos, portanto afeta o núcleo da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Sem contar o número de acidentes e mortes em razão das precárias condições de trabalho.

As empresas contratam jovens e, aos poucos, aumentam as exigências. Quando a rotina derruba a produtividade, esses funcionários são demitidos e outros são contratados. Essa prática pressiona para que a cada demissão alguém seja contratado por um salário menor. De um lado estaria o desemprego, de outro, o lucro das empresas. Até a arrecadação federal despencaria, afetando o consumo.

Hoje, no Brasil são mais de 12 milhões nessas condições, com a aprovação, o restante será terceirizado. A Administração Pública, de início, fica de fora, mas é questão de tempo que o pior aconteça.

No Judiciário Estadual os serviços de segurança, limpeza e cópia (reprodução) já se encontram terceirizados. De uma forma indireta, o Tribunal de Justiça de São Paulo firma convênios com prefeituras no caso dos Assistentes Sociais e Psicólogos e até a contratação de estagiários para os cartórios visando preencher a falta de contratação por concurso público de servidores.

Uma nova estrutura está se desenhando no maior Tribunal de Justiça do país, onde a exigência do inciso II, do art. 37 da Constituição Federal (concurso público), deixa de ser regra para virar exceção.

Em 22 de abril de 2015 foi aprovada na Assembleia Legislativa do Estado de são Paulo (Alesp) a Lei 15.804/2015, que trata da remuneração dos conciliadores e mediadores, no abono de duas UFESPs (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo) por hora, totalizando até R$ 2.500,00 mensais, sem a exigência de concurso público.

No dia 31 de março de 2015, na primeira página do Diário da Justiça Eletrônico (DJE) foi publicado o Provimento 2251/2015, que dispõe sobre a instalação de unidades digitais de atendimento judiciário que terão competências de alimentos de balcão, juizados especiais cíveis e criminais, informais de conciliação, juizados especiais da Fazenda Pública dentre outros, quando serão firmados convênios com entidades pública e privadas onde será designará apenas um servidor, o restante estarão sob a responsabilidade da empresa conveniada. Ou seja, sem exigência de concurso público.

Num primeiro momento a ideia de terceirização se torna muito sedutora, com foco na redução dos custos. O que acontece é uma redução do número de empregos formais - no caso da Administração Pública, a exigência do concurso público - em virtude da alta rotação da mão de obra terceirizada. Finalmente há uma perda da identidade coletiva da classe trabalhadora, o que contribui sensivelmente para o enfraquecimento das reivindicações futuras.

O que fazer? Podemos dar o primeiro passo. A data e local já temos. Dia 15 de maio de 2015, às 13 horas, na Praça João Mendes, Capital.

ESPAÇO DO LEITOR

Este é um espaço dedicado aos leitores de "O Processo" para que se expressem de diferentes formas, seja através de opiniões, poesias e crônicas.

Nosso amigo "Chico"

Francisco Carlos de Oliveira Simão, ou, para os mais antigos, "Chico Branco", nosso amigo "Chico", que começou a trabalhar no Tribunal de Justiça, Fórum de Santos, em 4 de junho de 1982, no extinto cargo de ascensorista.

Muitos funcionários tiveram o primeiro contato com o Fórum de Santos através da recepção do "Chico", que quando levava a pessoa ao andar desejado, logo "puxava" assunto. Alguns o achavam mal humorado, mas era uma imagem errada que tinham dele. Na verdade, era até ingênuo. Ultimamente, trabalhava na portaria do Fórum Cível da Comarca.

Torcedor do Santos Futebol Clube, "Chico" ficava triste quando o time perdia, mas logo esquecia quando os colegas chegavam para trabalhar. Sempre que alguém "tirava uma onda" com ele, rapidamente vinha o "chavão" que ele mais usava: "Olha a cara".

"Chico" participou de todas as paralisações que a categoria dos serventuários da Justiça deflagrou por melhores salários e condições de trabalho. Nos eventos sociais promovidos pela Assojubs, ele estava presente. Infelizmente deixou-nos no Carnaval de 2015, vítima de um infarto fulminante, porém, não será esquecido, principalmente por quem trabalhou diretamente com ele, inclusive este que vos escreve.

Descanse em paz, companheiro.

Nilton Carlos Virtuoso Filho é agente operacional judiciário da Comarca de Santos e associado da Assojubs

NÃO FIQUE SÓ, FIQUE SÓCIO DA ASSOJUBS! www.assojubs.org.br

E X P E D I E N T E

assojubs servidores do judiciário sp

Diretoria
Alexandre dos Santos - presidente
Luiz Tadeu Milito - vice-presidente
Rosângela dos Santos - secretária geral
Silvio José Realle - tesoureiro
Michel Iorio Gonçalves - 1º secretário
Laércio Armesto - 1º tesoureiro

Nicolas Madureira Barbosa - diretor jurídico
Luís Fabiano Mendes - diretor de planejamento e infraestrutura
José Carlos de Almeida - diretor de comunicações
Paulo Ferreira Luz - diretor de organização política e sindical
Mário Augusto Bernardes - diretor de convênios
Eduardo Alexandre Teixeira Requejo - diretor de esportes
Solange Martins de Oliveira Fernandes - diretora social e cultural

Conselho
Adelson Pereira Gaspar / Paulo Afonso Filgueiras Júnior / Paulo Sampaio Mercadante Filho / Alessandro Muniz Barreto

Redação
Camila Marques e José Carlos de Almeida
Jornalista responsável: Camila Marques MTB 34.448

Diagramação: www.cassiobueno.com.br - Impressão: Gráfica Diário do Litoral - Tiragem: 5.500 mil exemplares

Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo - Assojubs
Assojubs Santos – Av. São Francisco, 276/278, Centro, Fone: 3223-2377 - 3223-5278

Assojubs São Vicente – Rua Campos de Bury, 18, sala 11, Parque Bitaru, Fone: (13) 3468-2665
Assojubs São Paulo – Rua da Glória, 152, Cj. 42, Liberdade, Fone: (11) 3101-6085
e-mails: faleconosco@assojubs.com.br - secretaria@assojubs.com.br - www.assojubs.org.br

Departamento Jurídico

Ações impetradas pela Assojubs

A Assojubs disponibiliza aos associados e dependentes, por meio de seu Departamento Jurídico, assessoria consultiva e contenciosa, atuando nas áreas: Trabalhista e Sindical, Cível, Bancária, Família e Sucessões, Previdenciária e Juizados Especiais Cíveis e Federais.

O atendimento é realizado todas as segundas na Assojubs Santos e quartas-feiras na Assojubs São Paulo. Às sextas-feiras o plantão é alternado, a cada 15 dias, entre as sedes de Santos e São Vicente.

Entre as ações impetradas pela Assojubs, a relação é a seguinte:

- Indenização em face do cumprimento à data-base (Lei Estadual 12.177/2005 c/c artigo 37, X C.F.);
- Cobrança do FAM (Fundo de Atualização Monetária);
- Recálculo da sexta parte sobre a totalidade dos vencimentos;
- Contribuição previdenciária (IPESP/SPPREV);
- Desvio de função;
- Quinquênio;
- Não incidência do Imposto de Renda sobre 1/3 de férias;
- Revisão do cálculo dos 150% (RETJ) e Indenização das diligências não pagas em decorrência da inscrição do servidor no Cadin (somente para os oficiais de justiça);
- Limitação dos descontos da greve à décima parte dos vencimentos líquidos.

Há também o ingresso das ações coletivas, que são:

- Auxílio alimentação;
- URV (Unidade Real de Valor).

Para saber se tem direito a entrar com quaisquer ações e a documentação necessária, o associado pode acessar o site da Assojubs, o www.assojubs.org.br, ou agendar um horário por meio da Secretaria.

Além dos plantões nas sedes da Assojubs, há também a viabilidade de serem marcadas reuniões entre os associados e o Departamento Jurídico para discussão acerca de questões relativas às carreiras do judiciário e condições de trabalho, por meio de agendamento junto à Diretoria.

No caso das demais comarcas, também há atendimento. É só o associado marcar uma visita junto à Secretaria da associação. Os contatos são: (13) 3223-2377, em Santos, (13) 3468-2665, em São Vicente, ou (11) 3101-6085, São Paulo.

assojubs
servidores do judiciário sp

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE BASE DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - ASSOJUBS, Alexandre dos Santos, no uso de suas atribuições estatutárias, faz saber a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que DESIGNA O DIA 27 DE MAIO DE 2015 PARA REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014, DE ACORDO COM OS ARTIGOS 24 E 25 DO ESTATUTO SOCIAL VIGENTE, no Auditório da Assojubs, sito à Av. São Francisco nº 276/278, primeiro piso, às 19:00 horas, em 1ª convocação, sendo necessário o quorum mínimo de metade mais um dos associados quites com a Tesouraria para abertura da Assembleia, para deliberar sobre a ordem do dia acima descrita. No caso de não haver quorum mínimo dos associados em 1ª convocação, será feita a 2ª convocação às 19:30 horas, onde então será declarada aberta a Assembleia com qualquer número de associados, bastando a maioria simples dos votos dos associados presentes para as aprovações da pauta descrita.

Santos, 30 de abril de 2015.

ALEXANDRE DOS SANTOS
PRESIDENTE

Aprovado o ingresso coletivo de ações visando garantir os pagamentos das reposições não aplicadas de 4,77% e 1,5% relativos à data-base de 2010 e 2011

Reunidos em Assembleia Geral Extraordinária na noite de 13 de fevereiro, no Auditório da Assojubs Santos, os associados, por unanimidade, aprovaram a pauta proposta em edital acerca do ingresso, pelo Departamento Jurídico da entidade, de ações coletivas para o crédito do Tribunal de Justiça aos índices atrasados das perdas inflacionárias da categoria.

Foram deliberadas pelos presentes na Assembleia autorizações de ações coletivas visando garantir os pagamentos das reposições de 4,77% relativo à data-base de 2010 (não aplicada sobre os vencimentos de março a novembro), e de 1,5% relativo à data base de 2011 (não aplicada sobre os vencimentos de março a agosto).

Aprovada a pauta proposta em edital acerca do ingresso de ações coletivas para o crédito do TJ aos índices atrasados das perdas inflacionárias da categoria

Assembleia Legislativa

Oficiais de justiça, assistentes sociais e psicólogos mobilizados pela aprovação dos PLCs 6 e 56/13

Em 2015, os oficiais de justiça, assistentes sociais e psicólogos, com o apoio da Assojubs e demais entidades representativas dos servidores, retomaram e reforçaram a luta na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) pela aprovação dos Projetos de Lei Complementar (PLCs) de interesse da categoria que tramitam na Casa.

Desde o início da legislatura, o movimento dos judiciários acontece semanalmente na Assembleia com reuniões, Audiências Públicas, visitas aos gabinetes, a cobrança de posicionamentos dos deputados em relação aos PLCs e seguidas ocupações do Plenário Juscelino Kubitschek - local onde acontece a votação dos projetos pautados para a ordem do dia na Alesp - pelos trabalhadores, cujas manifestações foram orais e apresentando faixas e cartazes.

Por algumas oportunidades os servidores e representantes participaram da reunião do Colégio de Líderes, encontro semanal das lideranças partidárias, fazendo a defesa dos PLCs 56/13, que dispõe sobre o requisito de nível superior para o ingresso no cargo de oficial de justiça e altera dispositivos na Lei Complementar nº 1.111/2010, e 6/13, que versa sobre a criação de cargos de assistente social e psicólogo.

As mobilizações dos oficiais de justiça, assistentes sociais e psicólogos seguem o exemplo das manifestações dos agentes administrativos no Palácio 9 de julho, sede do Legislativo, que tiveram o PLC 12/2014 sancionado em 15 de janeiro, pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB), Lei Complementar nº 1.260/201s.

Vale lembrar que o PLC 12/2014 trata da extinção dos cargos de agente administrativo judiciário do Tribunal de Justiça de São Paulo, nos termos do artigo 48, inciso X, da Constituição Federal e do artigo 19, III, da Constituição do Estado de São Paulo, transformando-os todos em cargos de escrevente Técnico do Judiciário.

Também tramitam na Assembleia, o PLC 30/2013, que dispõe sobre os vencimentos dos servidores integrantes das classes regidas pela Lei Complementar nº 1.111/2010, e o PLC 42/2013, acrescenta dispositivo na Lei Complementar nº 1.111/2010 considerando licença saúde até 45 (quarenta e cinco) dias por ano e as ausências em virtude de consulta ou sessão de tratamento de saúde, nos termos da Lei Complementar n° 1.041/2008 (falta médica) como de efetivo exercício para fins de progressão.

De interesse comum aos servidores públicos, há o Projeto de Lei (PL) 949/2014, que concede prazo para que os servidores ativos e inativos que pediram sua exclusão do Iamspe (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual) optem por seu retorno e dá outras providências.

E a luta continua, pois, sem pressão, organização e mobilização, nada se caminha quando diz respeito ao trabalhador. Então, é prosseguir e persistir para obter êxito!

Oficiais de justiça, assistentes sociais e psicólogos, com o apoio da Assojubs e demais entidades representativas dos servidores, retomaram e reforçaram a luta na Alesp

A mobilização dos servidores é pela aprovação dos Projetos de Lei Complementar 6/13 e 56/13

Decreto nº 61.132

Servidores públicos e representantes organizados contra a proposta de redução salarial do Governo do Estado

Assojubs e Sintrajus em participação no movimento de luta dos servidores públicos na Assembleia Legislativa contra o Decreto nº 61.132

Visando a retomada do movimento de luta histórico dos servidores públicos do Estado, diferentes lideranças, entre elas a Assojubs, e trabalhadores de variadas categorias estiveram presentes no dia 24 de março no Auditório André Franco Montoro da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

Por iniciativa da Fespesp (Federação das Entidades de servidores públicos do Estado de São Paulo), a discussão teve como foco unir forças contra o Decreto nº 61.132, proposto pelo governador do Estado, Geraldo Alckmin (PSDB), em 25 de fevereiro, "que dispõe sobre medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais, na forma que especifica".

Tal Decreto, em seu Artigo 2º, versa acerca da suspensão em 2015 da "possibilidade de ajuste de percentual, valor, índice ou quantidade, que altere o valor de vantagens pecuniárias de qualquer natureza e resulte em aumento de despesas com pessoal e encargos sociais, exceto daquelas decorrentes de vantagens por tempo de serviço ou evolução funcional".

Ou seja, a medida apresentada pelo Executivo, e que ainda será alvo de apreciação da Alesp, proíbe a reposição salarial do funcionalismo. Mas, de imediato, o decreto conflita com a determinação da Lei Estadual nº 12.391, de 23 de maio de 2006, que dispõe sobre a revisão anual da remuneração dos servidores público da administração direta e das autarquias do Estado.

O deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL), presente à mobilização dos servidores, informou que, na sequência da divulgação do Decreto, fez contato com o Governo argumentando que seu teor fere a Constituição Federal em seu Artigo 37, inciso X: "a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices".

A resposta do Governo ao parlamentar foi que o Decreto impede o aumento de gratificações e abonos (vantagens pecuniárias) e não interfere na data-base do funcionalismo, garantida pela Lei nº 12.391, de 23 de maio de 2006, Artigo 1º, que fixa o dia 1 de março de cada ano para fins de revisão da remuneração dos servidores públicos.

Mesmo com a explicação do Executivo, Giannazi encaminhou o Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2015, a fim de suspender os efeitos do Artigo 2º do Decreto nº 61.132. Para o deputado, que é professor da rede pública estadual, "não se deve baixar a guarda, pois se o funcionalismo deixar barato a medida, abrirá um precedente para o arrocho salarial".

A participação de representantes de diversos segmentos do serviço público na Alesp "é fundamental para mostrar que os trabalhadores estão mobilizados contra quaisquer tentativas de redução salarial", defendeu o deputado. O "pontapé inicial" do movimento em defesa do serviço público tem como objetivo fazer frente ao "pacote de maldades" que o Governo pretende impor, inclusive, contra a demissão em massa nas diversas autarquias.

Assojubs e Sintrajus presentes

Com bem colocado pelo presidente da Assojubs, Alexandre dos Santos, o absurdo proposto pelo Executivo é a clara divisão de classes, pois se o objetivo é o corte de gastos, o exemplo deveria vir de cima: "Para enxugar a máquina, o governador apresenta um decreto para reduzir despesas, mas que só é válido para os trabalhadores, pois os salários dele e de seus secretários tiveram majoração, assinada por ele próprio".

O presidente da Assojubs ressaltou a luta constante dos representantes e servidores pela aprovação dos projetos de interesse da categoria que tramitam na Casa, o apoio à greve dos professores estaduais, uma classe totalmente desvalorizada, e novamente destacou o corporativismo da magistratura em face aos judiciários, cujo dinheiro aparece rapidamente quando diz respeito ao pagamento do que é devido aos juízes e desembargadores.

Michel Iorio Gonçalves, coordenador do Sintrajus, em sua explanação lembrou que os trabalhadores do Judiciário estão há mais de 20 anos sem aumento real, apenas recebem a reposição das perdas inflacionário do ano. E até nesse direito querem mexer. "O pagamento da data-base nada mais é do que uma obrigação prevista em lei. E agora querem retirar isso de nós, sendo que nem seremos contemplados com isso, pois o percentual que virá será abaixo do índice registrado".

A Assojubs também foi representada na discussão por Luiz Milito, vice-presidente, Rosângela dos Santos, secretária geral, e Silvio Realle, diretor de Tesouraria. Assojubs e Sintrajus em participação no movimento de luta dos servidores públicos na Assembleia Legislativa contra o Decreto nº 61.132.

Na Alesp, Comissão de Representantes participa da reunião do Colégio de Líderes

Em 14 de abril, a Assojubs e demais dirigentes que integram a Comissão de Representantes da Federação das Entidades de Servidores Públicos do Estado de São Paulo (Fespesp) estiveram na Assembleia Legislativa (Alesp) para uma participação na reunião do Colégio de Líderes, encontro semanal das lideranças partidárias, em defesa dos Projetos de Lei Complementar de interesse dos judiciários em tramitação na Casa e pela não aprovação do Decreto nº 61.132.

Quem deu início às falas dos servidores públicos no Colégio de Líderes foi a presidente da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), Maria Izabel Azevedo Noronha, com explicações sobre a greve dos docentes e o fechamento de inúmeras salas de aula pelo Estado.

Na sequência, argumentaram José Gozze, presidente da Fespesp, que falou acerca do ataque ao funcionalismo pelo Decreto nº 61.132, um oficial de justiça e a presidente da AASPTJ-SP, Elisabete Borgianni, que ressaltaram a importância dos PLCs 56/2013, requisito de nível superior para o ingresso no cargo de oficial de justiça, e 6/2013, criação de cargos de assistente social e psicólogo.

Resposta à pauta de reivindicações

Nalini se reúne apenas uma vez com entidades e apresenta pagamento da reposição abaixo da inflação

Até o momento, quase no meio do ano, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Renato Nalini, só esteve reunido com o conjunto das entidades representativas da categoria, da qual a Assojubs faz parte, para negociação da Campanha Salarial apenas uma vez, em 23 de fevereiro, quatro dias antes da primeira Assembleia Estadual (27/2). E das reivindicações contidas na pauta, somente apresentou o pagamento de 6,5% de reposição salarial, que não chega ao percentual correto da inflação do ano, apurado pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), de 7,68%.

As respostas do TJ à pauta foram encaminhadas aos representantes na data da segunda Assembleia Estadual, ocorrida no dia 10 de abril. Em suma, o ofício enviado pela Presidência e lido para os servidores se limitou às justificativas de que "serão realizados estudos para a viabilidade da questão" ou que "não há previsão legal" para a solicitação.

A pauta reivindicatória da categoria contém 46 itens. Desses, cinco foram elencados como prioritários:

1) Reposição das perdas salariais de 18% (estimativa), calculadas com base no INPC, para o período de março/2002 a fevereiro/2015. Pagamento imediato da reposição de 4,77%, com juros e correção, não aplicados sobre os vencimentos de março a novembro de 2010. E 1,5%, com juros e correção, de março a agosto de 2011;

2) Pagamento imediato de 2,0% de reajuste, conforme consta no PLC 30/2013;

3) Reajuste nos valores dos auxílios: a) Auxílio transporte no valor de quatro (4) conduções pro dia, tendo por base o valor da tarifa da Capital Paulista; b) Auxílio saúde no valor de R$ 500,00 para o titular e 50% por dependente; c) Auxílio creche-escola reajustado pelo INPC anual e que sua concessão seja extensiva às crianças/adolescentes até a conclusão do Ensino Médio; d) Auxilio alimentação de R$ 40,00, corrigido pelo INPC na data-base;

4) Cumprir integralmente a Lei Complementar nº 1217/2013, Adicional de Qualificação (AQ);

5) Ações concretas junto à Alesp para aprovação: a) Do PLC nº 56/13 – Nível Universitário para os oficiais de justiça; b) PLC 6/13 – Criação de cargos para assistentes sociais e psicólogos; c) PLC 42/13 – Considerara licença saúde e falta médica como de efetivo exercício e d) PLC 335/12 – Que proíbe a guarda e armazenamento de armas e munições nos prédios dos fóruns.

Entidades e Comissão de Orçamento do TJ

Além da única reunião com Nalini, as entidades estiveram, no dia 9 de março, no prédio MMDC, na Av. Ipiranga, Capital, com a Comissão de Orçamento do TJ, cuja finalidade foi explicar em detalhes as reivindicações da categoria relativas às questões orçamentárias.

A Assojubs foi representada por seu vice-presidente, Luiz Milito. Também participaram da discussão a Assetj, Fenasj, Assojuris, Affocos, Sinjuris, Aecoesp e Comissão Geral dos Oficiais de Justiça (CGOJ). Pelo Tribunal, presentes os desembargadores Antônio Carlos Malheiros, José Helton Nogueira Diefenthaler Junior, Álvaro Augusto dos Passos e Wanderley Jose Federighos, os três últimos

Entidades e Presidência do TJ durante única reunião ocorrida, em 23 de fevereiro

membros da Comissão de Orçamento, e o juiz assessor Afonso de Barros Faro Junior.

Ao final da reunião foi elaborado e protocolado pelos dirigentes um expediente sobre as pendências financeiras do TJ com seus servidores.

Expediente protocolado

Em 22 de abril, foi protocolado junto ao Tribunal de Justiça um expediente solicitando nova reunião com o presidente, desembargador José Renato Nalini, para tratara da pauta de reivindicações, tendo em vista que as respostas para o documento à categoria vieram por e-mail e não houve mesa de negociação para apresentá-las.

Mais uma vitória da categoria!

Órgão Especial ratifica a aplicabilidade do Adicional de Qualificação

Mais uma etapa nas tratativas com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo foi vencida pelos servidores e seus representantes! O Órgão Especial da Corte, colegiado formado por 25 desembargadores, em sessão realizada no dia 25 de março, ratificou a aplicabilidade do Adicional de Qualificação (AQ) assim como descreve a Lei Complementar 1.217/2013, mantendo seus efeitos a todos os funcionários que tenham graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado e a extensão aos aposentados e pensionistas.

O Órgão Especial acatou, por unanimidade, o proposto pelo desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, que versa sobre o "imediato pagamento do Adicional de Qualificação a todos os servidores aposentados, observada a regulamentação já aprovada em prol dos funcionários em atividade, com a consequente contribuição previdenciária, e ter como consideração na base de cálculo do AQ os décimos incorporados na forma do artigo 133 da Constituição Federal". O desembargador Antonio Carlos Malheiros acompanhou integralmente o voto do colega.

A Assojubs e demais representantes da categoria, em diversas reuniões com a Presidência e sua assessoria, sempre alegaram a objetividade da Lei, clara quanto ao seu cumprimento integral, sem incongruências em seus artigos como foi argumentado durante as discussões.

A vitória é novamente reflexo da união da categoria, que segue lutando para ver seus direitos contemplados.

Até o fechamento desta edição de "O Processo", a Presidência do TJ não havia cumprido a decisão do Colendo Órgão Especial.

Campanha Salarial

Servidores do Judiciário participam de Assembleias

Em 2015, os servidores do Judiciário Paulista já estiveram reunidos em duas Assembleias Estaduais, ambas realizadas na Praça João Mendes, região central da Capital. Na primeira das mobilizações, ocorrida na tarde do dia 27 de fevereiro, a discussão teve como foco deliberar acerca da aprovação da pauta reivindicatória. A resposta ao documento por parte do Tribunal de Justiça foi apresentada à categoria na data de 10 de abril, segunda discussão, que também definiu algumas ações de luta pela Campanha Salarial.

Com 46 itens, o ofício com a pauta reivindicatória foi protocolado junto à Presidência do Tribunal no dia 5 de março, após finalizada sua redação ao ter sido acrescida propostas aprovadas durante a Assembleia Estadual de fevereiro.

Após um mês e cinco dias, na Assembleia de abril, foi lido para os trabalhadores o documento encaminhado pelo Tribunal, por e-mail, às entidades representativas com a reposta aos itens contidos na pauta. Em suma, o ofício trouxe a justificativa de que "serão realizados estudos para a viabilidade da questão" determinada ou que "não há previsão legal" para a solicitação.

Ao fazerem uso da palavra, lideranças de entidades e representantes repercutiram o descaso do TJ com as reivindicações da categoria, pois, como sempre, o corporativismo da magistratura é ágil quando diz respeito aos seus direitos, mas caminha a passos lentos no tocante aos servidores.

Nessa linha de pensamento, o vice-presidente da Assojubs, Luiz Milito, destacou que para os trabalhadores sobram apenas as migalhas. E elas só chegam à categoria através de muita luta. "Quando o pagamento é destinado aos magistrados, sempre é válido e as verbas aparecem, mas quando se trata dos servidores, há impedimentos para seus créditos. Temos que exigir uma reunião com a Presidência para que as respostas enviadas por e-mail nos sejam explicadas item por item".

Alexandre dos Santos, presidente da Assojubs, ressaltou a presença dos judiciários no palco de discussão dos assuntos pertinentes à categoria e explanou sobre a aprovação, pela Câmara dos Deputados, no começo de abril, do texto original do Projeto de Lei 4330, que versa acerca da terceirização, uma prática já existente nos quadros do TJ, observado em setores como vigilância e limpeza.

"Temos que abrir o olho porque cada vez mais os serviços são precarizados devido à terceirização. O pessoal tem que vir para a rua e fazer pressão, pois só assim para manter os mínimos direitos que ainda temos", frisou o presidente da Assojubs, que mais uma vez parabenizou os funcionários que ali estiveram.

Já Michel Iorio Gonçalves, coordenador geral do Sintrajus, falou dos muitos servidores que se manifestam só por redes sociais: "Temos que acabar com a indignação apenas via Internet. Essa revolta deve ser trazida para a Assembleia, local de discussão e tomada de decisões da categoria".

Ao final das falas e de algumas propostas apresentadas, foi deliberado o seguinte:

1) Encaminhamento ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pelo não cumprimento: a) da data-base; b) do Adicional de Qualificação em sua totalidade; c) irresponsabilidade da Presidência por não colocar no orçamento 2014 a verba para pagamento do AQ, aprovado em 2013.

2) Manifestação no Plenário do TJ em especial sobre esses pontos.

3) Reunião no TJ e com a assessoria, inclusive apresentando projeto para nível universitário dos escreventes.

4) Nova Assembleia Geral em 15 de maio com paralisação neste dia.

5) Trabalho de conscientização nas comarcas e prédios do TJ.

Na Praça João Mendes (SP), judiciários reunidos em Assembleia pela Campanha Salarial

Oficiais de justiça

CGOJ em discussão com o TJ sobre o PLC 56/2013

Na tarde do dia 15 de abril, a Comissão Geral de Oficiais de Justiça (CGOJ) esteve reunida, na Capital, com o Tribunal de Justiça, representado pelos juízes assessores Maria Fernanda de Toledo Rodovalho, Maria de Fátima Pereira da Costa e Silva e Fernando Awensztern Pavlovsky, e pela secretária de Planejamento de Recursos Humanos (SPRH), Lilian Salvador de Paula, para tratar do Projeto de Lei Complementar (PLC) 56/2013, acerca do nível superior como requisito para ingresso no cargo, alterando dispositivos na Lei Complementar nº 1.111/2010.

Pela Comissão, participaram os oficiais Luiz Milito (Execução Fiscal), vice-presidente da Assojubs, Sônia Imaculada Silva (Ribeirão Preto), Eliana Maria dos Santos(Barra Funda), Magali Marinho Pereira (João Mendes), Rosimeire, Marcus, Henrique, Cássio Ramalho do Prado (Campinas), Emerson Luiz Ferreira Franco (Atibaia) e Mário Neto (Piracicaba). Carlos Alemão, da Assojuris, também esteve presente.

Pela manhã, na Assojubs São Paulo, os oficiais realizaram um debate preparatório para o encontro com o TJ no intuito de afinar o discurso e defender a mesma proposta. Essa unidade é necessária para fortalecer a luta pela aprovação do PLC 56/13.

É válido lembrar que as sugestões e alternativas apresentadas pela CGOJ têm sido discutidas com grande parte dos oficiais em reuniões, redes sociais, com consultas e debates intensos. No entanto, quaisquer acertos definidos nas negociações com o TJ serão levados para conhecimento e apreciação da categoria.

Comissão Geral de Oficiais de Justiça em tratativa com o Tribunal

Nalini recebe comissão de deputados

No período vespertino, já no Palácio da Justiça, a CGOJ esteve com o deputado Carlos Giannazi (PSOL) para saber o resultado da reunião do presidente do Tribunal, desembargador José Renato Nalini, com alguns deputados. Além de Giannazi, participou Beth Sahão (PT). Carlos Bezerra (PSDB) não pode comparecer.

Em conversa com os oficiais, Giannazi, em resumo, explicou que Nalini quer a aprovação do PLC 56/2013, porém, não teria verba no momento para garantir sua aplicação, por isso estaria propondo a 'Vacatio Legis', com deliberação positiva já e seus efeitos iniciados em 2016. O deputado afirmou que, de forma regulamentar, isso seria possível, pois poderia ser feita uma Emenda de Plenário estabelecendo que, aprovado, entraria em vigor a partir do ano que vem, e já com verba garantida no próximo orçamento. Inclusive, indagou a Comissão se dessa forma seria bom e se os servidores aceitariam essa alternativa. Se positivo, já poderia conversar com o deputado Fernando Capez (PSDB), presidente da Assembleia Legislativa (Alesp), para providenciar tal encaminhamento.

Como a CGOJ estaria reunida com o TJ, respondeu a Giannazi que se proposta, aceitaria a ideia, mas, primeiramente iria ouvir o Órgão. O deputado se prontificou a esperar o resultado do encontro e, diante disso, providenciar a Emenda e falar com Capez para pautar o PLC 56/2013 e colocá-lo em votação.

Tratativa acontece sem o presidente

Já na tratativa com o Tribunal, de início, foi solicitada a presença do presidente do Órgão, pois, além de ter o poder de decisão, poderia apresentar a proposta para aprovação do projeto, conforme afirmou em visita a Botucatu e reiterou na conversa com os parlamentares no mesmo dia, pouco antes. As juízas assessoras tentaram, por diversas vezes, contato com Nalini por telefone, mas o Gabinete da Presidência informou que o desembargador não poderia comparecer porque estava reunido com o procurador geral do Estado.

Seguindo com a reunião, foi demonstrado que seria possível aprovar e pagar o PLC 56/2013 agora, com verbas próprias do TJ, sem precisar de suplementação. As juízas alegaram desconhecer essa viabilidade e a CGOJ colocou que há condições, sim, e que o Tribunal deveria deixar a manifestação favorável ao projeto apenas no discurso e atuar com efetividade para demonstrar esse compromisso.

A Comissão argumentou detalhadamente que, se houver "vontade política" do TJ, existe forma de remanejamento da verba para contemplar o PLC. E acrescentou que, por sugestão do próprio presidente, os oficiais correram exaustivamente atrás de apoio legislativo, já obtido. Os deputados se dispuseram a votar pela aprovação só que precisam de um "ok" de Nalini.

As assessoras mantiveram a posição de que não é simples como proposto e que o entrave é realmente orçamentário. A CGOJ apresentou o orçamento publicado pelo próprio TJ e apontou que o remanejamento é, sim, viável. E repetiu que a o Tribunal deveria sair do discurso e agir para a aprovação do projeto.

Após diversas alternativas apresentadas para o pagamento com o próprio recurso do TJ, os juízes auxiliares informaram que solicitariam um estudo detalhado para a Secretaria de Orçamento e Finanças no intuito de vislumbrar uma saída para aprovação do projeto.

A Comissão questionou o fato do PLC tramitar há um ano e meio na Alesp e só agora o Tribunal recorrer à SOF, tal análise já não deveria estar pronta com todo esse período de tempo?

Ainda perguntou a eles se tinham a consciência de que os servidores têm um dos piores vencimentos entre os TJs do Brasil, que somente São Paulo e Minas Gerais não possuem o nível universitário para ingresso no cargo, que não existe Plano de Carreira, que é humilhante o oficial ir do início ao fim de seu tempo de serviço (35 anos) recebendo uma progressão de, apenas, R$ 780,00 – o que daria míseros R$ 22,00 por ano de trabalho -, que, mesmo com o PLC 56 aprovado, os trabalhadores da carreira ficarão com um salário abaixo do inicial da grande maioria dos colegas de outros Estados.

A juíza Maria Fernanda ressaltou que lida com um projeto de qualificação e valorização dos servidores. Foi dito a ela que a gestão é de apenas dois anos e, em que pese sua boa vontade, não conseguirá implementar isso nessa reta final de mandato. Ela respondeu que está "plantando uma semente".

Entrou-se, então, na questão alternativa sugerida pelo próprio Nalini. Eles alegaram desconhecer a proposta, mas que se o presidente afirmou essa possibilidade, deverá entrar em contato com os juízes para que viabilizem, dentro do orçamento. Destacaram que ele não diria isso apenas por dizer, que deve estar estudando realmente tal opção.

Ficou definido que uma nova reunião entre a CGOJ e o TJ, com a presença do presidente, seria marcada o mais breve possível.

Os oficiais vão continuar as ações junto ao Tribunal e Alesp e, para isso, todos os servidores, a partir de suas Centrais, devem manter a discussão focada no PLC 56/2013 com organização e mobilização.

Com informações e foto da Comissão Geral de Oficiais de Justiça (CGOJ)

Exercício de 2016

Assojubs encaminha reivindicações para a peça orçamentária do Tribunal

A Assojubs, reiterando a pauta da Campanha Salarial da categoria de 2015/2016, aprovada na Assembleia Geral Estadual realizada em 27 de fevereiro, na Capital, e em conformidade com o Comunicado nº 282/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, encaminhou no final do mês de março reivindicações para o orçamento do exercício de 2016 do Poder Judiciário.

Segundo o entendimento da Assojubs, o Comunicado sobre a Proposta Orçamentária Setorial (POS) não atende a Resolução nº 70/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que versa acerca da participação de "serventuários e magistrados, indicados pelas respectivas entidades de classe", na elaboração da peça.

E para assegurar tal direito dos servidores, a associação enviou um ofício solicitando ao TJ a efetiva participação de seus trabalhadores na apresentação de propostas e estudos para o desenvolvimento da POS. Fazem parte da Comissão de Orçamento, das entidades com o Tribunal, Silvio Realle, diretor de Tesouraria da Assojubs, além de membros da Assetj, Assojuris e Fespesp.

No documento encaminhado, a Assojubs reforçou, entre os inúmeros itens da pauta reivindicatória, a cobrança de débitos como o pagamento das reposições de 4,77% relativo à data-base de 2010 (não aplicada sobre os vencimentos de março a novembro) e de 1,5% relativo à data base de 2011 (não aplicada sobre os vencimentos de março a agosto), a majoração dos auxílios (transporte, alimentação, saúde e creche-escola), a valorização da carreira dos escreventes, a extensão da Gratificação de Desempenho por Atividades Cartorárias (GDAC) aos agentes operacionais e de serviço, e a contratação de novos servidores para minimizar o déficit de funcionários.

Carreira

O trabalho pela valorização do escrevente técnico judiciário

Uma das peças fundamentais da engrenagem que fazem a "máquina judiciária" funcionar tem sofrido, no decorrer dos anos, uma grande desvalorização devido ao crescimento da demanda de trabalho e mudanças na forma de desenvolvê-lo. A peça em questão é o escrevente técnico judiciário, a maior carreira dentro do o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o maior da América Latina, um universo de aproximadamente 28 mil servidores. E para o reconhecimento da função, a Assojubs segue realizando gestões junto ao Tribunal de Justiça.

Assim como os demais componentes da "máquina judiciária", a carreira do escrevente tem sido reduzida sucessivamente por causa das aposentadorias de muitos servidores, o adoecimento de tantos outros e a migração de muitos para diferentes esferas do serviço público com ofertas salariais mais atrativas. O déficit de funcionários só aumenta e o TJ nada faz para suprir essa carência. Concursos foram realizados, mas as convocações ficaram bem aquém da real necessidade de contingente para desenvolver um trabalho célere, de acordo com os anseios da população em resolver seus litígios.

Apesar do advento da tecnologia, a carga de trabalho não diminui. O excesso de ações judiciais e a digitalização do sistema apresentaram novas ferramentas para desenvolver o serviço. Nos cartórios, os escreventes fazem uso de dois monitores em suas mesas para dar andamento a sentenças, despachos e outras publicações do TJ. Além disso, também há o atendimento aos advogados e partes, a montagem dos processos e o expediente determinado pelo juiz.

A carga de serviço intensa soma-se à falta de condições de trabalho existente em inúmeras comarcas. Em muitos prédios não há climatização, e a cada verão os servidores padecem com as altas temperaturas nas unidades cartorárias, as instalações elétricas são improvisadas, há presenças de pragas urbanas (ratos, baratas, entre outros), falta de água em alguns locais e problemas com as fortes chuvas em outros, provocando alagamentos, perdas de móveis e risco de contaminação por causa de fezes de animais.

A cobrança por melhores condições de trabalho e valorização da carreira são feitas frequentemente pela Assojubs e demais entidades representativas dos servidores em tratativas com o Tribunal, itens que inclusive constam da pauta de reivindicações. Para fomentar a discussão acerca dos assuntos pertinentes à função, a associação reativou o Núcleo de Escreventes, iniciado em 2009, com debates acerca das demandas específicas.

O TJ, atendendo uma solicitação da Assojubs, esteve reunido com as entidades representativas em 23 de fevereiro. Questionado pelos dirigentes em relação à valorização do escrevente, o presidente do Órgão, desembargador José Renato Nalini, não respondeu sobre a indagação feita. Porém, em relação aos itens específicos da carreira - 32, 33 e 34 - contidos na pauta reivindicatória, continua a postergar o agendamento de uma reunião para tratar da valorização do escrevente técnico judiciário.

A Assojubs reiterará o pedido de uma discussão.

Não fique só, fique sócio da Assojubs!

Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo

Ficha de Filiação - Associados Efetivos

Número:
Nome:
RG: Nascimento:
CPF: Estado Civil:
End.: Nº: Complemento:
Bairro: CEP:
Cidade: Tel.:
E-mail: Cel.:
Nextel: ID:
Função: Matrícula:
Lotação: Cidade:
Pai: Nascimento: / /
Mãe: Nascimento: / /
Cônjuge: Nascimento: / /
Dependente: Nascimento: / /
Dependente: Nascimento: / /
Dependente: Nascimento: / /

Autorização

Nome:
titular da conta corrente nº banco ag.

Autorizo a Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo a debitar mensalmente em minha conta corrente ou via Prodesp o valor equivalente à contribuição de associado: 1% dos vencimentos brutos iniciais da respectiva carreira do quadro funcional dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, bem como outros débitos comprovados e autorizados.

_____, ____ de _____ de _____

_____
Assinatura

_____/_____/_____
Ciente

_____
Presidente da Assojubs

Sede Santos - Av. São Francisco, 276/278, Centro, CEP 11013-202 - Tel.: (13) 3223-2377
Sede São Vicente - Rua Campos de Bury, 18, sala 11, Parque Bitaru, CEP 11310-350 - Tel.: (13) 3468-2665
Sede São Paulo - Rua da Glória, 152, conj. 42, Liberdade, CEP 01510-000 - Tel.: (11) 3101-6085

secretaria@assojubs.com.br
www.assojubs.org.br

Esportes

Renan e Janaína vencem o IX Festival de Vôlei de Praia Assojubs - Duplas Mistas

Os participantes do Festival de Vôlei de Praia Assojubs e Renan (dependente) e Janaína, dupla vencedora da competição

Os vice-campeões Edvaldo (Comarca de Santos) e Flávia; Yeda (Comarca do Guarujá) e Alexandre, que ficaram com o 3º lugar

Realizado no dia 21 de março, na barraca da associação, que fica no bairro Pompéia, em Santos, o IX Festival de Vôlei de Praia Assojubs - Duplas Mistas sagrou campeão, por 2 sets a 1, o dueto formado por Renan (dependente) e Janaína (convidada). A vitória foi sobre a parceria do associado Edvaldo (Comarca de Santos) com Flávia (convidada).

O Festival - atividade que deu início à programação 2015 do Departamento de Esportes da Assojubs - reuniu 11 duplas, compostas da seguinte forma:

Grupo A - Edvaldo/Flavia, Renan/Janaína, Guilherme/Claudiane, Mauricio/Fernanda;

Grupo B – Robson/Gabi, Alexandre/Yeda, Douglas/Déborah;

Grupo C – Adilson/Laura, Vitor/Luciana, Leon/Gabriela, Reginaldo/Simone.

Quem conquistou o 3º lugar do Festival, após uma acirrada disputa, foi a dupla de esportistas Alexandre (convidado) e a associada Yeda (Comarca do Guarujá). Eles bateram, por 16 a 14, os parceiros Vitor (convidado) e a associada Luciana (Comarca de Itanhaém).

O sistema de disputas foi de um set de 15 pontos. Somente na final foram jogados três sets de 15 pontos.

No decorrer do Festival, um churrasco de confraternização foi servido aos participantes. A entrega da premiação, com troféus para as três primeiras colocações e medalhas a todos os atletas, aconteceu ao final das partidas.

O IX Festival de Vôlei de Praia Assojubs - Duplas Mistas contou novamente com a parceria da Triunfo Esportes (responsável pela arbitragem e coordenação das partidas). Os demais departamentos da associação também contribuíram para a promoção da competição.

CLUBE DE CAMPO DA ASSOJUBS
Em Pedro de Toledo

VALORES - ASSOCIADOS
R$ 60,00 diária (c/ pernoite) - 4 pessoas
R$ 12,00 o ingresso por associado (ou dependente) para um dia de lazer

ALUGUEL PARA EVENTOS - ASSOCIADOS
R$ 700,00 por dia (c/ pernoite) - até 35 pessoas
R$ 1.500,00 (s/ pernoite) - até 150 pessoas
R$ 2.000,00 (s/ pernoite) - até 200 pessoas

Reserve já! Entre em contato com a Secretaria da Assojubs

Fone: 13. 3223.2377

Boteco Assojubs com a cantora Didi Gomes

Na noite do dia 27 de março, no espaço da Cantina, a associação promoveu seu primeiro evento social do ano: o Boteco Assojubs. O show do evento ficou a cargo da cantora Didi Gomes, intérprete do G.R.C.S.E.S Vai-Vai, escola campeã do Carnaval 2015, que apresentou o melhor da MPB, Bossa e Samba.

FIQUE DE OLHO NA PROGRAMAÇÃO!

JUNHO
NOITE DO CALDO VERDE

AGOSTO
IV FESTIVAL DE
FUTSAL KIDS JUBS